

# Debate no JBr aponta as alternativas para o DF



Depois de conquistar a sua autonomia política, o Distrito Federal tem de buscar agora sua independência financeira. Embora a discussão seja antiga e já tenha sido adotadas algumas medidas nos seus 31 anos, como o Programa de Industrialização (Proin), torna-se imprescindível definir novas formas de arrecadação de tributos, diante da iminência de cortes nos repasses de verbas para a saúde e educação, anunciados pelo Governo Federal. Para apontar novos rumos, o Jornal de Brasília promoveu um debate entre políticos, empresários e representantes do Governo do Distrito Federal. A saída, segundo os debatedores, passa pelo desenvolvimento da economia local e pelo enxugamento da máquina administrativa.

O presidente Fernando Collor, através de decreto do dia 4 de novembro, determinou a redução progressiva das transferências para educação e saúde, a partir do próximo ano até 1996. Diante da constatação de que o DF não teria condições de arcar com essas despesas sem os recursos da União e pressionado por políticos brasilienses de todos os partidos, Collor está revendo sua posição, e a decisão final deve sair esta semana. Para o chefe do Gabinete Civil do DF, José Roberto Arruda, de agora em diante não se pode



*Políticos, empresários e governo discutem a nova realidade do DF diante dos cortes federais*

pensar em qualquer tipo de autonomia no DF que não passe pela autonomia financeira. Portanto, na sua opinião, as transferências representam uma "taxa de condomínio" que o Governo Federal paga para habitar Brasília. "Ninguém discute que ela deva existir. O que estamos questionando é o seu valor", disse Arruda, que participou do debate.

Essa opinião é compartilhada pelo deputado distrital Carlos Alberto Torres (PCB) — outro debatedor —, que defende o repasse financeiro da União co-

mo pagamento ao DF dos serviços prestados pela cidade e pela população de Brasília ao Governo Federal. Durante o debate, a principal sugestão para enfrentar a crise foi a industrialização no DF, o que demanda tempo e investimentos, seguida de alternativas de mais fácil implantação.

Além de Arruda e Carlos Alberto, participaram do debate realizado no dia 12, nos estúdios da Rádio Jornal de Brasília FM, o senador Maurício Corrêa (PDT), o deputado federal Sigmarina Seixas (PSDB),

a deputada federal, Eurides Brito (PTR), o presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Antônio Fábio Ribeiro, o presidente da Associação Comercial de Brasília, Nuri Andraus, e o presidente da Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), Wigberto Tartuce. Embora convidados, não compareceram o senador Valmir Campelo (PTB) e o deputado distrital José Ornellas (PL), que alegaram compromissos de última hora. O debate foi mediado pelo editor-chefe do JBr, Ademir Malavazi.

## Sugestões para a independência econômica

**Jornal de Brasília** — Qual a proposta concreta de cada um dos senhores para aumentar a arrecadação e diminuir a despesa?

**Sigmarina Seixas** — Mais cedo ou mais tarde, Brasília deixaria de receber esses recursos. Evidentemente que as transferências de correntes da Constituição continuariam. Eu não sei se isso seria o mais correto, porque Brasília tem algumas especificidades que a distingue das demais Unidades da Federação, embora ela tenha uma situação privilegiada no campo do sistema tributário. O Distrito Federal tem o privilégio da competência cumulativa, quer dizer, ele arrecada os impostos tipicamente municipais e estaduais. Isso lhe dá, à primeira vista, uma situação privilegiada. E nós ainda temos as transferências constitucionais, como o Fundo de Participação dos Estados. A cidade também se beneficia do imposto retido na fonte. Apesar disso, nós precisamos buscar maneiras de aumentar a receita. Nós temos que buscar uma auto-sustentação econômico-financeira, embora isso nunca vá prescindir dos repasses da União, porque Brasília é uma cidade com vocação administrativa. Para aumentar a receita, é preciso aumentar a atividade econômica que gera industrialização, que vai gerar emprego e vai aumentar o recolhimento de impostos. É necessário um projeto de modernização que signifique uma fiscalização rigorosa para evitar a evasão de tributos. Outra coisa é tratar com mais rigor a questão dos subsídios e incentivos fiscais. Numa cidade como Brasília, o incentivo fiscal é até necessário, sobretudo para a industrialização. Eu acho que deve haver um maior controle nas verbas de publicidade. Eu tenho visto uma exagerada publicidade do governo. Só assim nós vamos ter autoridade moral para chegar ao presidente e dizer: nós fizemos isso para aumentar a receita, aquilo para diminuir a despesa, apesar disso nós precisamos de repasse.

**Maurício Corrêa** — O repasse já passou a ser uma espécie de usufruível, como disse o ministro Marçalino, do povo de Brasília, do governo de Brasília. Afinal, desde 1960 que nós temos esse repasse. E a questão se acentua mais na medida em que o tempo vai passando, porque hoje nós temos uma disponibilidade imobiliária ainda razoável. Seguramente que no futuro nós não teremos esse recurso para nos valermos. E a cidade, apesar da marcha em busca da sua autonomia — é claro que isso ainda vai demorar, pela própria dificuldade de implantação do parque industrial — precisa encontrar alternativas que criem impostos e que gerem os recursos necessários ao Distrito Federal.

**Nuri Andraus** — O Distrito Federal não escapa de uma reforma administrativa. O Distrito Federal nasceu de uma cidade projetada e concebida por um modelo de vida e de arquitetura. Algumas coisas funcionaram muito bem, outras não funcionaram. Nós aqui temos as secretarias e as fundações. Não é possível manter a duplidade de atos administrativos. Outro aspecto é que as estatais ficaram paradas no tempo. Eu não posso imaginar uma SAB sendo reguladora de preços no mercado de Brasília. É preciso que a SAB tenha um fim, nem que seja entregá-la para seus funcionários. A maior parte do im-

posto de renda arrecadado provém das estatais que passaram a ter obrigatoriedade de recolher o IR em Brasília. Essas estatais estão em franco processo de privatização. Outro ponto é um pouco mais grave, porque envolve o País inteiro: os estados industriais mandam suas mercadorias para os estados consumidores com alíquotas diferenciadas de ICM, num brutal afrontamento à Constituição. Esse é o segundo obstáculo à industrialização, porque a capacidade competitiva da empresa local está morta na origem. Na área do comércio dá para crescer enormemente. Nós já cansamos de sugerir um porto seco para ser o grande entreposto comercial daqui. Por que o DF não pode ser o grande centro de troca do Centro-Oeste? Na área de indústria precisa acertar esse quadro do ICM e pelo menos empatar com o Estado de Goiás. No campo dos serviços, Brasília pode habilitar-se a ser um grande prestador de serviços de software. Agora, tudo isso é a longo e médio prazos. A única coisa que é instantânea é cortar o dinheiro gasto com propaganda, e cortar uma porção de desperdício. E privatizar a SAB, é acabar com todo o paternalismo que ficou montado em um tipo de assentamento que se justificava há 30 anos. A concessão de uso provocou muita transferência de patrimônio para funcionário público, para coronel — duas categorias que imperaram em Brasília durante muitos anos.

**Antônio Fábio Ribeiro** — O que fazer imediatamente? Considero fundamental que a gente valorize a pequena e média empresa instalada no Distrito Federal. É preciso que os governos do DF e Federal abram um programa de oportunidades — não é reserva de mercado — para a micro e pequenas empresas nas contas governamentais. Isso é algo importantíssimo para se fazer através de licitações que tenham lotes econômicos e oportunidades de acesso ao mercado. Reforma tributária que o País precisa. Não é esse arremedo que foi mandado para o Congresso, porque é pior a emenda que o soneto. Não resolve. A reforma tributária só ajuda o DF. O Governo do Distrito Federal tem de ser aliado da reforma tributária.

**Os cortes que mudam a história**

**O Governo Federal resolreu cortar, progressivamente, os recursos financeiros transferidos para os setores de educação e saúde. Baseado na Constituição, que determina apenas o custeio da área de segurança pública do Distrito Federal, o presidente Fernando Collor assinou decreto — publicado no Diário Oficial da União, no dia 4 passado — determinando os cortes. A previsão é de que os repasses diminuam 10%, em 1992, 25%, em 1993, 40%, em 1994, 50%, em 1995, e 60%, em 1996. Imediatamente após a divulgação do decreto, todos os setores políticos de Brasília formaram uma frente em defesa da cidade contra a diminuição dos repasses.**

**Eurides Brito** — Além do problema do desenvolvimento do polo industrial, eu acho que nós não devemos esquecer do problema da implantação de agroindústrias e isso vai precisar de uma ação muito importante dos nossos deputados distritais na elaboração da Lei Orgânica, no capítulo do uso da terra rural. Mas eu também apontaria maior eficiência e eficácia fiscais. Outro lembrete que eu gostaria de fazer era o da promoção da reforma tributária, com possível diminuição de alíquotas e número de impostos, objetivando fomentar o crescimento da arrecadação e cancelar as isenções fiscais. Uma outra coisa seria a educação do povo como produtor e como consumidor. Pode parecer um exemplo muito pequeno no meio das grandes idéias que têm saído daqui, mas o comportamento do brasileiro de um modo geral não é o de contribuir para a arrecadação. Enquanto formos o país do Bolão Fiscal, formos ainda um país em que precisamos fazer um evento separado, importante, para que o povo possa solicitar, pedir aquilo que é um direito seu, nós ainda precisaremos fazer muito no terreno da educação. Por isso, a educação para o consumidor deve ser matéria dos currículos das nossas escolas, porque se prepara um consumidor a partir da educação pré-escolar e não só quando ele já é um trabalhador quando comece a ver a despesa pesar no seu bolso.

**Wigberto Tartuce** — Acho que nós precisamos pensar num todo. É na forma de vassos comunicantes que a economia funciona. Não pode ser só a industrialização do DF. Em Brasília, o custo operacional é tão caro, a eficiácia da máquina governamental é tão grande no sentido de arrecadar tributos, que nós quando dispomos um funcionário pagamos tudo e mais um pouco, o que não acontece nos outros estados. É a eficiácia da fiscalização. Então eu acho que ainda há de prevalecer, sem sombra de dúvida, a inexorável lei da oferta e procura. Precisamos ter competitividade acima de qualquer coisa.

**José Roberto Arruda** — Sobre a linha de receitas, a principal, na minha opinião, é o desenvolvimen-

to integrado da região Centro-Oeste. Se nós buscarmos qualquer modelo de desenvolvimento, de tentarmos industrializar Brasília como se tivesse um muro da Idade Média no quadrilátero do DF, isso inviabilizaria a cidade-capital. Então, eu acho que é absolutamente fundamental nós desenharmos, investirmos, apostarmos, sonharmos com um modelo de desenvolvimento integrado para o Centro-Oeste. Segundo, é absolutamente fundamental que o aparelho de fiscalização da máquina pública melhore. Há uma evasão de tributos clara, e até incorporada à vida de determinados segmentos da cidade. Terceiros, precisamos apostar na indústria inteligente. Aqui nós temos que fazer o Software mesmo, é o aprimoramento do hardware, é a eletroneletrônica, é polo de alta tecnologia no Núcleo Bandeirante. E essa a nossa vocação natural. E o polo de cinema, fazer idéia, produzir dinheiro. E essa a máquina inteligente, a vocação natural de uma cidade que não pode ser poluída, de uma cidade que tem de fazer com que a sua auto-sustentação econômica conviva com o seu modelo de cidade-capital. Também é preciso lembrar a loteria, votar no turismo — ainda mal utilizado. No que diz respeito à diminuição de despesas, eu concordo que é necessário se pensar no enxugamento da máquina. Acho que é absolutamente fundamental discutirmos subsídios, diretos e indiretos, e incentivos fiscais. A Lei Orgânica do Distrito Federal é a coisa mais importante que vai acontecer em Brasília depois da inauguração. Ela pode viabilizar economicamente a cidade. Os gastos com publicidade são ridículos. Isso não é 0,001 das despesas do Governo.

**Carlos Alberto Torres** — Nós estamos vivendo uma espécie de momento na vida do nosso país em que as leis não têm muito valor. Eu acho que estamos num momento de reflexão sobre o nosso país. Então eu acho que a Lei Orgânica não é um fator de complicação da vida da nossa cidade. Eu até penso que seja um momento de repensar a cidade que nós temos de aproveitar bem, porque se a Lei Orgânica for ruim seguramente vai atrapalhar esse processo de criação de um espaço econômico que seja autônomo. Quando estamos pensando em autonomia financeira, aumento da arrecadação, diminuição das despesas, isso passa pela Lei Orgânica. Ali nós iremos definir exatamente como fazer isso. Como engenheiro eu penso que a ideia básica é a seguinte: vamos ser mais eficientes e tudo ficará melhor. Aparentemente, a revolução científico-tecnológica tem demonstrado que nós temos que tratar essas questões mais no plano da economia. Aumentar investimentos, aumentar a produtividade. A questão de aumentar a arrecadação e diminuir a despesa é uma questão muito mais de cidadania que de fiscais, de aumentar a máquina arrecadadora. O Estado só vai funcionar bem quando o cidadão exigir que o seu dinheiro seja bem utilizado. Eu gostaria de insistir no polo científico, tecnológico e cultural. Não há saída para o desenvolvimento econômico da cidade, sem que essa seja a estratégia. Não há desenvolvimento em um país do Terceiro Mundo, sem que, ao invés de educarmos no feijão com arroz, nós eduquemos direto no computador.